

**EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA DE
FAMÍLIA DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE
XXXXXXXXXXXX/XX**

**FULANO DE TAL, NACIONALIDADE, ESTADO
CIVIL, PROFISSÃO**, portadora da C.I. nº XXXXXXXXX SSP/XX e CPF
nº XXXXXXXX, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXXXXXX,
telefones: XXXXXXXX e XXXXXXXX, vem, por intermédio da
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, propor a presente
ação de:

RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL
POST MORTEM

em face dos herdeiros de **FULANO DE TAL**, falecido no dia
XX/XX/XXXX, a saber: **1) FULANO DE TAL, NACIONALIDADE**, filho
de FULANO DE TAL (autora desta ação), residente e domiciliado na
XXXXXXXXXXXXXXXXXX; **2) FULANO DE TAL**, residente e domiciliado na
XXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP XXXXXXXX; **3) FULANO DE TAL,**
NACIONALIDADE, residente e domiciliada em lugar incerto e não
sabido; **4) FULANO DE TAL, NACIONALIDADE**, residente e
domiciliado em lugar incerto e não sabido; pelas razões de fato e de
direito a seguir aduzidas:

I - DOS FATOS

A Autora manteve relacionamento estável com FULANO
DE TAL, pai dos réus, por mais de XX anos, ou seja, de MÊS de ANO
até o ano de XXXX, oportunidade em que colocaram um fim na

relação. No ano de XXXX houve uma tentativa de reconciliação, contudo sem êxito.

Assim, a época da morte de FULANO DE TAL, em MÊS de ANO, o casal já não estava mais junto, devido principalmente as condições financeiras de ambos. Dessa forma, a autora residia em Brasília e FULANO DE TAL, desde ANO, estava residindo em XXXXXXXX, posto que estava buscando melhores condições financeiras.

Todavia, durante o período em que viveram juntos, a convivência marital foi pública, notória e com a intenção de formar família. Com efeito, o casal teve um filho fruto da união estável e sempre residiram sob o mesmo teto, situação fática que atesta sobejamente os vínculos de união pública, notória e com ânimo de formação de família, requisitos básicos para o reconhecimento da união.

Fica claro, pois, conforme documentos em anexo, que a intenção do falecido e da autora era de constituírem família, visto que tiveram um filho e conviveram maritalmente por mais de XX anos.

Vale destacar que a autora, durante a convivência com FULANO DE TAL, sempre trabalhou. Contudo, o companheiro viajava muito, motivo pelo qual fez com que ela perdesse seu emprego, haja vista que ela sempre o acompanhava em suas viagens ou mudanças. Apesar disso, seu companheiro dizia para que não se preocupasse, pois ele tinha a consciência de que na ausência (morte) dele, ela ficaria numa situação confortável, pois passaria a receber a aposentadoria que era dele.

Dessa forma, tendo em vista o óbito de FULANO DE TAL, a Requerente pleiteia o Reconhecimento e Dissolução da União Estável

post mortem para fazer jus ao recebimento à pensão por morte deixada pelo falecido.

II - DOS FILHOS

Na constância da união adveio o nascimento de um filho, FULANO DE TAL, nascido em XX/XX/XXXX.

III - DOS BENS

Por ocasião do falecimento, FULANO DE TAL já não possuía mais bens, ao contrário, teria falecido em estado de insolvência. Ocorre que ele era aposentado da Câmara Municipal de XXXXXXXX, de forma que recebia o benefício da aposentadoria concedido pela XXXXXXXX.

Diante disso, conforme dito anteriormente, a autora pretende o reconhecimento da União Estável para habilitar-se ao recebimento da pensão por morte deixada pelo ex-companheiro.

IV - DO DIREITO

A união estável está garantida pela Constituição:

Art. 226, “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.”

“§3º: Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.”

De acordo com o artigo 1723, do Código Civil, *in verbis*:

“É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.”

No caso em comento, podemos ver claramente que a intenção dos companheiros era a de constituir família, visto que, tiveram um filho, formalmente reconhecido daquela relação. Coabitavam sob o mesmo teto, publicamente apareciam como casados, prova fática incontestada da convivência e fotografias anexadas aos autos. A imagem passada por ambos para a comunidade em que viviam era a de casados, sendo pública e notória a união.

Portanto, a pretensão da Autora resta plenamente justificada, merecendo, por isso, ser devidamente acolhida, eis que, presentes os pressupostos que evidenciam não só a relação *more uxório*, como a de caráter social e familiar e, também, por possuir interesse jurídico na declaração da união estável.

V - DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

- a) Os benefícios da justiça gratuita, por ser economicamente hipossuficiente, conforme declaração anexa;
- b) a citação dos requeridos para apresentarem resposta no prazo legal, sob pena de revelia;
- c) A intimação do Ministério Público;
- d) A procedência do pedido, para decretar, por sentença, o reconhecimento da união estável mantida entre a autora e o falecido FULANO DE TAL, declarando-se que a união iniciou-se em MÊS de ANO e

encerrou-se em ANO;

e) Que sejam condenados os requeridos em custas e honorários advocatícios, sendo os últimos revertidos em favor do Fundo de Apoio e Aparelhamento do CEAJUR - PROJUR (art. 1º, da Lei Complementar Distrital nº 744, de 04/12/2007) a serem recolhidos junto ao XXX através de guia DAR, com código XXX - Honorários Advocatícios;

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova admitidos, em especial por meio de prova documental e oitiva das testemunhas ao final arroladas.

Dá à causa o valor de R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXX reais).

Nestes termos, pede deferimento.

XXXXXX, XX de XXXXXXXX de XXXX.

FULANO DE TAL

Autora

FULANO DE TAL

CEAJUR - XXXXXX

Defensor Público

ROL DE TESTEMUNHAS:

- FULANO DE TAL

ENDEREÇO

CEP. XXXXXXXX telefone: XXXXXXXX/XXXXXXX.

- FULANO DE TAL

ENDEREÇO

CEP XXXXXXXXX. telefone: XXXXXXXX

- FULANO DE TAL

ENDEREÇO

CEP. XXXXXXXX Telefone: XXXXXXXX